

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: empoderamento feminino ou intensificação do trabalho reprodutivo das mulheres?

Ana Cristina Peixoto Guimarães<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de problematizar a forma como as políticas sociais são implementadas no Brasil, trazendo ao debate o Programa Bolsa Família. Para tal, são pontuados elementos constituintes da configuração do capitalismo dependente e da formação sócio-histórica brasileira, situando as determinações de raça e gênero. Importa indicar que se trata de uma análise inicial, de como esses elementos da realidade brasileira impõem determinações específicas sobre as políticas sociais, com enfoque nos rebatimentos nas condições de vida das mulheres trabalhadoras. Não é o intuito deslegitimar o papel da luta de classes com relação à oferta/conquista de políticas sociais ou não reconhecer a importância do Programa Bolsa Família para a subsistência da população. A feminização da pobreza e a sobrecarga das mulheres com a responsabilização do cuidado e do trabalho reprodutivo é uma cruel realidade brasileira, que necessita ser desvelada a partir de elementos estruturais.

**Palavras-chave:** Políticas sociais. Mulheres. Programa Bolsa Família.

### ABSTRACT

This article aims to problematize the way social politics are implemented in Brazil, bringing the Bolsa Família Program to the debate. To this end, constituent elements of the configuration of dependent capitalism and the Brazilian socio-historical formation are punctuated, placing the determinations of race and gender. It is important to point out that this is an initial analysis of how these elements of Brazilian reality impose specific determinations on social politics, with a focus on the repercussions on the living conditions of working women. It is not intended to delegitimize the role of the class struggle in relation to the offer/conquest of social policies or not to recognize the importance of the Bolsa Família Program for the subsistence of the population. The feminization of poverty and the overload of women with responsibility for care and reproductive work is a cruel Brazilian reality that needs to be unveiled based on structural elements.

**Keywords:** Social politics. Womens. Bolsa Família Program.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestranda; [ana.guimaraes@ufjf.br](mailto:ana.guimaraes@ufjf.br).

PROMOÇÃO



APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o intuito de problematizar e refletir sobre o papel do Programa Bolsa Família na vida das mulheres brasileiras. Defende-se que para dizermos das mulheres brasileiras é essencial compreender a formação sócio-histórica do país e como o capitalismo se configura em seu interior - com os rebatimentos da superexploração diante da dependência aos países centrais, formulação presente em Marini (2005) que será melhor apresentada no decorrer do trabalho.

As mulheres brasileiras não são uma categoria homogênea e abstrata, possuem classe, raça/cor e sexualidade. Tais determinações imbricam-se no cotidiano, condicionam seu modo de vida e contribuem para sua sobrecarga diante da feminização da pobreza e do trabalho não remunerado.

De acordo com dados do Observatório de Igualdade de Gênero da CEPAL (2021), sobre a divisão do trabalho remunerado e não remunerado na América Latina, as mulheres dedicam-se o triplo do tempo ao trabalho não remunerado que os homens na região. Incorre ainda que o trabalho não remunerado das mulheres implica na feminização da pobreza, diante da falta de autonomia econômica, de acordo com os dados da CEPAL, as tentativas de redução da pobreza não beneficiam homens e mulheres da mesma forma “Em 2019, para cada 100 homens vivendo em lares pobres da região, havia 112,7 mulheres nesta mesma situação.” (CEPAL, 2021)

Tais elementos são fundamentais para compreender a discussão aqui proposta: problematizar a ideia de que o Programa Bolsa Família significa possibilidade de modificação na realidade das mulheres brasileiras, com o aumento da autonomia financeira e a possibilidade de “empoderamento” das mulheres via transferência de renda.

Acerca do que coloca-se enquanto trabalho não remunerado, remetem-se a trabalhos no âmbito da reprodução da classe trabalhadora sem nenhuma remuneração. Dessa forma, o papel histórico das mulheres ligado ao cuidado, à

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



naturalização da responsabilidade de ofertar serviços a outros é colocada como vocação natural e justificada para atender interesses do capital (CISNE, 2015).

Há que se considerar que a escolha da discussão centrar-se no Programa Bolsa Família se deu em razão de ser foco de diferentes polêmicas nos últimos anos na política do país, trazendo perspectivas tanto acerca de uma falácia de mudanças estruturais como também de ataque pelo conservadorismo meritocrático.

Na perspectiva aqui proposta duas falseadas questões necessitam ser trabalhadas em sua essência: 1- a de que o Programa Bolsa Família significa avanço em relação a políticas sociais universais; 2- de que coloca as mulheres brasileiras em um patamar do chamado “empoderamento feminino”, significando autonomia e melhores condições concretas de vida às mulheres.

Cabe destacar, que não é propósito deste trabalho fortalecer o ideário de desmonte das políticas sociais ou do próprio Programa Bolsa Família, também não desconsidera-se o papel da luta de classes na ampliação das políticas sociais. O intuito é problematizar, dentro da dualidade própria das políticas sociais, sua funcionalidade para o capitalismo e o reforço dos papéis de gênero, a partir do exemplo da realidade concreta do Programa Bolsa Família. O Programa traz à tona a tendência das políticas sociais no capitalismo brasileiro, impactadas pela dependência aos países centrais em unidade com as condições do desenvolvimento da formação sócio-histórica brasileira. A posição do Brasil no cenário mundial traz a reflexão da funcionalidade das políticas sociais implementadas no país para manutenção do sistema capitalista.

Para tanto serão discutidas a configuração das políticas sociais brasileiras, situando o Brasil enquanto país periférico, considerando sua formação social racista e patriarcal entranhada até os dias atuais. Por conseguinte, o objetivo é dar enfoque ao Programa Bolsa Família e argumentar sua vinculação com a reprodução da feminização da pobreza e intensificação do trabalho reprodutivo.

PROMOÇÃO



APOIO



## 2 ENSAIOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM BASE NA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL

### 2.1 Notas acerca das políticas sociais brasileiras

Entre tantas discussões e conexões que se pode tecer acerca do tema das políticas sociais no Brasil, visualiza-se que o caminho analítico que alguns autores e autoras têm perseguido desprende-se dos elementos estruturais constituintes da realidade social, o que leva a errôneas e equivocadas avaliações. Um exemplo é o entendimento de que as políticas sociais brasileiras cumprem papel de retirar sujeitos de situações de “vulnerabilidade social” ou de “empoderar mulheres”.

De início, importa estabelecer problematizações amplas e estruturais, para localizar o Programa Bolsa Família nessa dinâmica e estabelecer a crítica com relação às questões de gênero relacionadas ao referido programa. A gestão do Programa Bolsa Família, passa por elementos da realidade brasileira marcados pela sua formação sócio-histórica e sua dependência aos países centrais.

A situação de dependência a qual aqui se remete é fruto da pesquisa dos estudiosos: André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio Santos, Ruy Mauro Marini, entre outros, que galgou na chamada Teoria Marxista da Dependência. Segue-se essa linha de entendimento e análise neste trabalho por compreender ser a mais acertada em relação à dinâmica do capitalismo no Brasil e sua relação com o mundo. Nessa perspectiva, afirma-se que a forma que o Brasil se insere no capitalismo internacional está intrinsecamente ligada à sua dependência aos países centrais e em como se deu o processo de industrialização e consolidação do capitalismo no país, Marini (2005).

De forma resumida, a Teoria Marxista da Dependência, trata-se de uma teoria crítica da dependência brasileira, ancorada na economia política e que tem como categoria central, a superexploração da força de trabalho, explicada pela dinâmica

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de transferência de valor e necessidade de compensação interna dessa perda aos países centrais, que recai sobre os trabalhadores (MARINI, 2005). Não é o objetivo deste trabalho aprofundar na temática, mas sinalizar a interpretação aqui colocada.

Retomando, a configuração do capitalismo nas formações sociais dependentes vai influenciar nas políticas sociais desses países. Assim, nos países em que as vastas e complexas expressões da questão social exigem políticas sociais bem implementadas e com amplo investimento, diante da transferência de valor aos países centrais, o fundo público fica comprometido e as ações subordinadas aos ditames dos órgãos internacionais.

(...) a dinâmica da violação do valor da força de trabalho deteriora as condições de vida da classe trabalhadora de maneira substantiva, produzindo um agravamento das expressões da “questão social” e, portanto, ampliando as necessidades fundamentais para a reprodução social do trabalhador. (SOUZA FILHO, 2014, p. 27)

Em contrapartida, o impacto no fundo público que a dependência traz vai impactar nos gastos orçamentários, bem como nas características das políticas públicas.

Nesse sentido, reproduz-se a dinâmica da superexploração como elemento estrutural da acumulação periférica, devido à manutenção da transferência de valor produzida internamente, agora no quadro da consolidação da fase monopólica no Brasil, impactando, as condições de disponibilização do fundo público para as políticas sociais. Dessa forma, sobre outras bases, rearticular-se a dinâmica pautada, por um lado, pela deterioração das condições de vida das classes subalternas e, pelo outro, pelos poucos recursos disponíveis do fundo público para o fortalecimento de políticas sociais universalistas, gratuitas e de qualidade, reatualizando nas determinações objetivas centrais que fundamentam a precarização das políticas sociais nos países periféricos, conforme já indicado. (SOUZA FILHO, 2014, p. 30)

Tal dinâmica complementa-se ao fato do Brasil ter se consolidado a partir de severas expressões de violência que reforçam o patriarcado e o racismo estruturais de sua formação social, tais características estão explícitas na realidade brasileira até os dias atuais.

Além do mais, como demarca Oliveira (2018), as políticas sociais:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Longe de serem programas para o trabalhador, eles buscam atender aos mais pobres, oferecendo renda ínfima para garantir a lógica do subconsumo, servindo mais como uma política para o mercado do que para reverter condição de pobreza. No caso do Brasil, os programas de transferência de renda não chegam a 4% do orçamento público anual. O mesmo se pode dizer das políticas de educação e saúde no Brasil. Essas duas políticas, embora inseridas na lógica da universalidade, sofrem cortes recorrentes, justificados em razão do déficit público e da necessidade de promoção do ajuste estrutural. Além dos cortes, elas vem sendo alvo das privatizações do Estado que espera obter lucros com a prestação de tais serviços. Como já sabemos, as recomendações do FMI para conter o déficit recaem sempre sobre as políticas sociais e os benefícios trabalhistas. Portanto, a lógica da privatização dos serviços rentáveis ao capital inclui o seu sucateamento de forma a obrigar o indivíduo a buscar alternativas via mercado.

Tal reflexão deixa claro o direcionamento da política social brasileira, em que um dos maiores feitos é o Programa Bolsa Família “não por acaso, as políticas de transferência de renda têm se tornado o carro chefe da política destinada aos mais pobres, recuperando o princípio de uma caridade, só que, agora, institucionalizada” (OLIVEIRA, 2018, p. 239).

Permitir acesso a bens e serviços básicos não significa tensionar as expressões da questão social de forma a estabelecer a dignidade humana. Os atendidos de tais políticas enquadram-se em potenciais consumidores na dinâmica de suporte à economia. Esse estímulo de consumo desenfreado incita a reflexão de que há uma incorporação das demandas da classe trabalhadora, no bojo da luta de classes, mas que essas demandas são convertidas em favor do capital.

(...) por um lado, as políticas supramencionadas não comprometem o orçamento público, o mesmo não se pode dizer dos gastos com juros e serviços da dívida externa, que ficam com quase metade dos recursos do orçamento, bem como os programas de socorro aos setores industrial e financeiro. (OLIVEIRA, 2008, p. 241)

E nessa dinâmica:

Por conseguinte, no espaço doméstico as mulheres são socialmente responsáveis por atuarem como cozinheiras, psicólogas e cuidadoras de seus maridos e filhos. Assim, o roubo dos anos de trabalho do capital mediante a superexploração envolve também a ampliação dos anos de vida das mulheres que perfazem os trabalhos de cuidado físico e emocional dos trabalhadores e trabalhadoras que já não estão mais capacitados para o trabalho cotidiano. Portanto, o rompimento consistente do valor da força de

PROMOÇÃO



APOIO

trabalho só é possível porque o trabalho feminino doméstico substitui relativamente o conjunto de serviços e mercadorias normalmente adequados para a reposição da força de trabalho. (BRANCACCIL; MIGLIOLI; SENRA, 2023, p. 53)

Pode-se inferir, a partir dos elementos apresentados, que as características das políticas sociais brasileiras passam principalmente pela falta de investimentos, precarização, focalização, reforço de papéis de gênero, racismo estrutural e subordinação aos ditames de órgãos internacionais.

## 2.2 Políticas sociais e as condições de vida das mulheres

Ao discutir a situação das mulheres no bojo da complexidade dessas relações, constata-se que os postos de trabalho das mulheres são muitas das vezes os mais precarizados com severos ataques à proteção social ou direitos trabalhistas. Infere-se diante do exposto no tópico anterior, que essa informalidade advém da superexploração da força de trabalho nos países de capitalismo dependente.

Múltiplas formas de trabalho clandestino existem no Brasil. Elas absorvem homens e mulheres, mas estas últimas são mais numerosas nestes tipos de trabalho. Pode-se afirmar que no mínimo a metade das trabalhadoras brasileiras não está coberta pela legislação trabalhista, uma vez que não tem carteira profissional assinada. (SAFFIOTI, 1987, p. 49)

Dessa forma, importa situar que:

Nos países de capitalismo dependente toda classe trabalhadora - que tem sexo e raça - tem o valor da sua força de trabalho violada, ou seja, tal constatação não é fundante da questão de gênero, mas da estrutura produtiva e do antagonismo de classes nesses países. O que ocorre é que a mulher que já tem sua reprodução atravessada pelo patriarcado e pelos papéis de gênero se encontra em uma posição de superexploração acirrada - pela opressão - dentro da lógica de produção dos países de capitalismo dependente. (GUIMARÃES, 2019, p. 45)

Ainda, em decorrência da situação de dependência e consequente comprometimento do fundo público e precarização das políticas sociais, pode-se constatar que as mulheres ficam cada vez mais sobrecarregadas.

(...) concluímos que sem a apropriação deste tempo das mulheres, a política social do Estado monopolista periférico e, em particular, sob a hegemonia neoliberal, não se sustentaria. Esta captura do tempo social das

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



mulheres na esfera da reprodução social doméstica não é um epifenômeno da implementação das políticas de saúde e outras políticas sociais; é, antes, uma mediação constitutiva das políticas sociais no capitalismo, acentuadas no período de hegemonia neoliberal e acirradas no contexto de crise e restauração do capital, como o vivenciado no Brasil hoje. Este tempo, esta força de trabalho não remunerada, é a “mão invisível” do Estado nas “economias de dependência imperfeita”. (FERREIRA, 2017, p. 183)

É essencial expor que as mulheres da classe trabalhadora, que são alvo de maiores impactos dessa dinâmica e que tem a superexploração intensificada em níveis exponenciais, são em sua maioria negras e consegue-se compreender os motivos com a análise da formação sócio-histórica do Brasil.

Fora isso, as mulheres negras e indígenas, durante o processo de colonização das potências capitalistas sobre as suas colônias, foram brutalmente violentadas, estupradas e assediadas sexualmente pelos colonizadores e seus representantes. Seus corpos foram objetificados, erotizados, principalmente o da mulher negra. Esta situação marca a história dos países da América Latina, atravessando toda a sua condição de países dependentes e, com a formação de burguesias nacionais débeis, entreguistas ao capital internacional, as tarefas democráticas da revolução democrática burguesa sequer foram realizadas (SIQUEIRA, 2020, p. 105)

Todas essas categorias fazem parte do que Saffioti (1987) demarca como simbiose do patriarcado-racismo-capitalismo. Vale salientar que esses elementos são vivenciados todos os dias pelas mulheres e em todas as dimensões de suas vidas de forma conjunta, não assume-se aqui a perspectiva de fragmentação de tais opressões e por conseguinte, das formas de resistência.

Esses comentários revelam que é impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra as mulheres. De outra parte, convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória. Se o patriarcado e o racismo contêm elementos capazes de permitir a maximização dos lucros capitalistas, estes mesmos elementos contêm o consumo das classes trabalhadoras dentro de limites bastante estreitos, ora, sobretudo num país de economia dependente como o Brasil, a comercialização de produtos industriais realiza-se, principalmente, no mercado interno. Para dar escoamento a estes produtos é, pois, necessário elevar a capacidade aquisitiva o poder de compra das classes trabalhadoras. (SAFFIOTI, 1987, p. 62)

O lugar imposto para as mulheres diante da simbiose apresentada por Saffioti (1987) e por se tratar de um país de capitalismo dependente, refletem no fato de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

que as políticas sociais na América Latina não objetivam e não efetivam os direitos mais básicos à sobrevivência das mulheres, pelo contrário, sua ineficiência torna ainda mais árdua a rotina dessas mulheres que precisam se desdobrar em “dar conta” de si e de outros.

No contexto neoliberal, a visibilização das mulheres como sujeitos do desenvolvimento não implicou que obtivessem o reconhecimento das políticas sociais, mas que se encarregassem das políticas sociais abandonadas pelo Estado. Os efeitos mais fortes da desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural, condicionantes para a América Latina nos anos da crise de dívida externa, recaíram sobre as mulheres. Elas tiveram de se encarregar da geração de autoemprego e de submeter-se a condições de desigualdade no mercado de trabalho, onde sofriam a discriminação salarial. Ao mesmo tempo, com as economias voltando-se para a exportação, a alimentação familiar – tradicionalmente a cargo das mulheres – converteu-se em uma tarefa cada vez mais complexa. Dessa maneira, as mulheres assumiram uma carga tripla. Apesar da suposição de que as mulheres agora eram “incluídas no desenvolvimento”, a modificação patriarcal dentro da família e no espaço público adotou outra forma, iniciando um novo ciclo de empobrecimento feminino e feminização da pobreza, ancorado nas economias de subsistência (BARRAGÁN; LANG. CHÁVEZ; SANTILLANA, 2020, p. 98)

O exposto até aqui demonstra que as mulheres necessitam de ações mais direcionadas por parte do Estado, diante de: insuficiência das políticas de conciliação na América Latina, a responsabilização da família que recai sobre as mulheres; pouco acesso a bens e serviços tecnológicos que poderiam otimizar as tarefas de cuidado da casa e de outros; a maternagem; as múltiplas jornadas de trabalho e do trabalho não remunerado. Mas nota-se que, o que consta em algumas legislações e nos princípios de algumas políticas sociais, não se opera na realidade e/ou tem pouca efetividade.

A discussão sobre a implementação de mecanismos de conciliação entre a vida laboral e familiar deve ser contextualizada no marco dos sistemas nacionais de proteção social e de suas reformas. Abordar o fenômeno da conciliação implica ampliar as regulações para além da cobertura estrita da maternidade, abarcando as licenças- paternidade e parentais que permitam incluir os homens em suas responsabilidades de cuidado, não apenas de filhos e filhas, mas também de idosos e das pessoas doentes ou com deficiência. Ademais, o direito a esse tipo de proteção deveria estar desvinculado da situação estrita do mercado de trabalho. Enquanto a informalidade persistir como traço dominante dos mercados de trabalho latino-americanos, uma porcentagem significativa de mulheres e também de homens permanecerá sem acesso a esses direitos, o que aprofunda a

PROMOÇÃO



APOIO



segmentação e a inequidade social.(ABRAMO; VALENZUELA, 2016, p. 122)

Assim, diante do papel imposto às mulheres na sociedade de classes é necessário defender que as políticas sociais sejam implementadas de acordo com a realidade e necessidade das mulheres latino-americanas, não fazendo importações das diretrizes de órgãos internacionais.

Muitas das soluções que os governos brasileiros adotaram para os problemas do país constituíam soluções precariamente ajustadas à realidade nacional ou inteiramente desajustadas a elas, porquanto inspiradas diretamente em soluções sociais alienígenas. (SAFFIOTI, 2013, p. 354)

As mulheres brasileiras necessitam de políticas sociais universais e condizentes com a realidade, mas tal fato só se apresenta enquanto uma possibilidade em um horizonte que rompimento com a estrutura de dependência. Dentro da argumentação da estrutura das políticas sociais brasileiras e das reflexões aqui colocadas de seus rebatimentos na vida das mulheres, faz-se essencial fazer a interlocução da discussão com o Programa Bolsa Família.

### 2.3 Programa Bolsa Família, feminização da pobreza e intensificação do trabalho reprodutivo das mulheres

Cabe reiterar o reconhecimento da importância do Programa Bolsa Família para a subsistência das famílias, mas acredita-se que existem problemáticas necessárias a serem expostas e discutidas. Ao passo que “O PBF representa um modelo típico das políticas sociais contemporâneas, e sua operacionalização é reveladora de práticas burocráticas que reforçam a vigilância e o controle dos mais pobres” (CARNELOSSI, 2016, p. 143).

Como exposto acima, as políticas sociais brasileiras seguem os ditames dos países centrais e operam na realidade brasileira de forma fragmentada e focalizada, assim se constitui também o Programa Bolsa Família.

Entendendo autonomia de forma ampla, como capacidade de fazer escolhas, os estudos qualitativos majoritariamente entendem que o PBF traz ganhos de autonomia para as mulheres, e são acessados por dois

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



caminhos. Em primeiro lugar, e principalmente, o que indicam as pesquisas nacionais? por meio da renda regular, que faz com que as titulares possam ter outras preocupações que não a sobrevivência no dia de amanhã, diminuam o isolamento social, aumentem sua presença no mundo público e percebam ampliações em suas escolhas. Em segundo lugar, pelas condicionalidades, as quais, paradoxalmente, embora reforcem simbolicamente o papel maternal da mulher, parecem estar contribuindo para que se enxerguem como detentoras de direitos e deveres, como cidadãs que se relacionam com o Estado, independentemente da mediação masculina. (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2019, p. 29)

Cabe salientar, em contraponto com a citação acima, que é fundamental analisar como as mulheres estão se relacionando com o Estado e, na perspectiva aqui assumida, entende-se que é uma relação que gera mais acúmulo de encargos às mulheres, do que as beneficia e retira das situações de cerceamento de direitos sociais ou políticos.

repousa em um interesse material concreto: a apropriação do tempo social e das práticas constituintes da reprodução social doméstica convertidos, por processos materiais e ideológicos, em mecanismo de ação do Estado. (FERREIRA, 2017, p. 10)

Indaga-se: a defesa de que o Programa Bolsa Família é capaz de gerar ampliação de escolhas, seria a oportunidade da mulher escolher entre a preocupação com a fome ou o dispêndio de obrigações moralizantes sem suporte cobradas pelo programa?

Às mulheres brasileiras não basta que se enxerguem ou que se empoderem, necessitam que o Estado e a sociedade, as enxergue como possuidoras de dignidade humana, para além de mínimos sociais e sem necessidade de mediação de homens. Ao debater acima que a formação sócio histórica brasileira influenciou nesse processo, dizemos de como ainda hoje os espaços de poder são comandados por homens e em sua maioria brancos e isso não mudará com o fato de que as próprias mulheres se enxerguem, tal argumentação inclusive transfere mais uma responsabilidade a elas.

O Programa Bolsa Família prevê a inserção das mulheres na participação pública, mas de que forma? Entende-se que uma delas é tornando-as público consumidor.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Somem-se a isso os papéis de gênero tradicionalmente imputados à mulher, que o PBF e a política de Assistência Social têm reforçado ao longo dos anos, valorizando as funções relativas à maternidade. Daí a necessidade de construção de estratégias mais efetivas, no âmbito do PBF e das políticas de Seguridade Social, que visem o combate às várias formas de dominação/exploração que sobrecarregam as mulheres de responsabilidades na esfera pública e privada. Outro fator é o usufruto de relativa independência financeira por parte das beneficiárias do PBF, embora o benefício tenha sua importância na vida das mesmas, **o seu valor ainda é muito baixo para proporcionar autonomia financeira e individual às mesmas. Em relação à autonomia política e social estas não são geradas através do PBF, pois se observa a reafirmação da ideologia patriarcal no âmbito do programa, dificultando a operacionalização via PBF das transformações necessárias à emancipação feminina.** (SILVA, 2018, p. 13)

Acredita-se que a perspectiva mais acertada é a de que:

As mulheres não estão disponíveis; há uma disposição do seu tempo por meio das engrenagens da política social que, por mecanismos materiais e ideológicos, dinamizam a reprodução social cotidiana a partir dos imperativos da reprodução das relações sociais. A banalização e apropriação do tempo social das mulheres é a desmedida do estado liberal de recursos reduzidos e precariedade estrutural. (FERREIRA, 2017, p. 81)

Como o PBF vai apresentar ganhos para a autonomia das mulheres se:

Ao se utilizar deste tempo social, o Estado infirma sua tendência histórica e estrutural, no capitalismo dependente, de atenção às necessidades de reprodução das classes subalternas em patamares rebaixados, por meio de políticas de baixo custo. O tempo perdido das mulheres é o tempo descoberto pelo capital, e por seu Estado, como recurso, em termos de trabalho e saberes, para a realização de suas políticas sociais. Podemos, assim, considerá-lo como parte do fundo público que, capturado pelo Estado, permite liberar os recursos financeiros da “mais-valia social” gerida pelo Estado para o capital. O Estado economiza na reprodução da força de trabalho ao apropriar-se deste tempo social improdutivo na reprodução social privada que passa, então, a ser vital, constituinte, da reprodução social na esfera pública. (FERREIRA, 2017, p. 81)

Atenção para o que a autora demarca: “o tempo perdido das mulheres é o tempo descoberto pelo capital”, podemos compreender que as condicionalidades impostas pelo PBF enquadram-se exatamente nesta análise. Focar apenas em indicadores de redução da pobreza extrema e da fome não dizem acerca das condições de vida reais dos sujeitos, apenas ter como minimamente alimentar-se não deveria bastar.

As dimensões coercitivas e punitivas do PBF ao penalizar famílias por

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



descumprirem condicionalidades acabam por, concomitantemente, contribuir no processo de estigmatização de beneficiários pobres, gerando situações nas quais a vergonha é imposta por fora, sob o status de “descumpridor de condicionalidades” (CARNELOSSI, 2016, p. 133)

Reconhece-se a importância do Programa para a sobrevivência das famílias brasileiras, mas é necessário romper com a ideia que as mulheres têm conseguido sua autonomia financeira ou um suposto empoderamento via o Programa, o que se desenha no cotidiano dessas mulheres vem em contramão com qualquer perspectiva emancipatória.

Diante das falas, os resultados indicam que, embora o PBF tenha proporcionado uma certa mudança na melhoria de vida das mulheres, dando-lhes possibilidade de usufruir, ainda que minimamente, de bens de consumo (quase sempre vinculado às necessidades dos filhos), não significou realmente mudança no status social ou uma maior autonomia. A condição de beneficiária, sobrecarrega as mulheres de responsabilidades, e impõe uma forte culpabilização quando não conseguem cumprir as condicionalidades, além de terem que conviver cotidianamente com um conjunto de estigmas por serem mães. (NASCIMENTO, 2016, p. 396)

O Programa Bolsa Família deixa factível que há uma base econômica e política forte no Brasil que contribui para subjugar as mulheres.

### 3 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho, como já sinalizado, não é invalidar ou desconsiderar o impacto do Programa Bolsa Família na vida das brasileiras, mas propor uma avaliação crítica dos moldes em que se instaura e o que o programa reafirma.

Por todo o exposto acredita-se que o Programa Bolsa Família, assim como as políticas públicas brasileiras, diante da dependência e da síncrona relação enraizada, que a formação sócio-histórica do país apresentou, entre o patriarcado e o racismo, contribui para a apropriação do tempo de trabalho não remunerado das mulheres e intensifica o trabalho reprodutivo, sem efetividade em modificar a dinâmica da feminização da pobreza.

Com a pandemia e governos conservadores de direita anos o Programa Bolsa Família foi atacado e desmantelado, com a volta do Partido dos

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Trabalhadores ao poder a perspectiva é que seja reformulado, mas compreende-se que as mudanças de governo não modificam a estrutura e lógica do Estado burguês. Mas é necessário refletir que projetos políticos e econômicos estão em disputa, nesse sentido, elucidar e localizar a funcionalidade das políticas sociais é primordial para o processo da luta de classes, expansão do fundo público para o trabalho e para que a população não seja imbuída de discursos falaciosos, que não tem efetividade em sua realidade. Portanto, ignorar as configurações das políticas públicas brasileiras e colocá-las em patamares de transformação são armadilhas do capital para que continue em pleno vigor.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. H. **Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual.** In: Gênero e trabalho no Brasil e na França: Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** In: Cadernos Pagu, n. 55. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BARRAGÁN, M. A.; CHÁVEZ, D. M.; LONG, M.; SANTILLANA, A. **Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento.** In: **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

BRANCACCIL, A. D.; MIGLIOLI, M.; SENRA, G. O. D. C. **Reprodução social e dependência: superexploração e opressão de gênero na América Latina.** In: Revista Estudos do Sul Global: Soberania no Bicentenário da Independência, n. 3. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023.

CARNELOSSI, B. **O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 125, p. 124-147. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

CEPAL. **América Latina: tempo médio destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, por país, último período disponível.** Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. CEPALSTAT. Disponível em <<https://oig.cepal.org/pt/indicadores>>. Acesso em 25 de maio de 2023.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** São Paulo:

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Outras Expressões, 2015.

FERREIRA, V. M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências.** Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

GUIMARÃES, A. C. P. **A mulher no mundo do trabalho: uma ótica a partir da teoria marxista da dependência.** Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NASCIMENTO, A. C. D. O. **Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família.** In: Revista O Social em Questão, a. XIX, n. 35. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

OLIVEIRA, E. A. **Política social: políticas para o capital ou para o trabalhador?** In: Revista Argum, v. 10, n. 3, p. 232-243. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, S. R. D. S. **Transferência Condicionada de renda e papéis de gênero: uma análise do Programa Bolsa Família.** In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória: ENPESS, 2018.

SIQUEIRA, S. M. M. **A análise de Vânia Bambirra acerca da opressão das mulheres latino-americanas.** In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 12, n. 1, p. 99-113. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020.

SOUZA FILHO, R. **Política Social no Brasil: notas e críticas a partir da Teoria Marxista da Dependência.** In: Revista Conexões Geraes/Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, v. 3, n. 5. Belo Horizonte: CRESS 6º Região, 2014.

PROMOÇÃO



APOIO

